

SUMÁRIO

Estrutura da obra	7
Apresentação	11

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal	41
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	41
3. Política criminal	42
4. Criminologia	42
Síntese	43

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal	45
2. Panorama histórico do Direito Penal no Brasil	53
Síntese	54

Capítulo III

PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância	57
2. Princípios de direito penal	57
2.1 Constitucionais explícitos	57
2.1.1 Legalidade (reserva legal)	57
2.1.2 Anterioridade	58
2.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica	58
2.1.4 Personalidade ou da responsabilidade pessoal	58
2.1.5 Individualização da pena	58
2.1.6 Humanidade	59
2.2 Constitucionais implícitos	59
2.2.1 Intervenção mínima (subsidiariedade)	59
2.2.2 Fragmentariedade	61

2.2.3 Culpabilidade.....	61
2.2.4 Taxatividade.....	62
2.2.5 Proporcionalidade.....	62
Síntese.....	63

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal.....	65
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal.....	67
1.2 Costume e fonte do direito penal.....	68
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal.....	68
2. Interpretação e integração no direito penal.....	68
Síntese.....	71

Capítulo V

LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade.....	73
1.1 Origem histórica.....	73
1.2 Legalidade e garantismo penal.....	74
1.3 Legalidade material e legalidade formal.....	74
2. Conceito de anterioridade.....	75
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	75
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança.....	75
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	76
Síntese.....	78

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo.....	81
2. <i>Abolitio criminis</i>	82
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis.....	82
Questão para debate: pode haver combinação de leis penais favoráveis para beneficiar o réu?.....	83
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	84
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	86
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	86
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica.....	87
8. Leis intermitentes.....	88
8.1 Extensão e eficácia.....	88
Questão para debate: a ultratividade das leis intermitentes, prevista no art. 3.º do Código Penal, estaria ferindo o disposto no art. 5.º, XL, da Constituição Federal, que determina a retroatividade de toda lei penal benéfica?.....	89
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	90
Síntese.....	92

Capítulo VII
TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime	97
2. Alcance da teoria da atividade	97
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas	97
4. Teorias sobre o lugar do crime	98
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP	98
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas	99
Síntese	99

Capítulo VIII
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade	101
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	101
3. Conceito de território e seus elementos	101
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos	102
3.2 Espaço aéreo	102
3.3 Mar territorial brasileiro	102
4. Território brasileiro por equiparação	103
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves	104
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio	104
5. Critérios para a extraterritorialidade	105
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada	105
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada	106
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada	107
5.4 Condições para a extraterritorialidade	108
6. Extradicação	109
6.1 Espécies de extradicação e fonte legislativa	109
6.2 Requisitos para a concessão	109
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal	112
8. Outras exceções à regra da territorialidade	113
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional	113
8.2 Imunidades diplomáticas	114
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	115
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas	115
8.3 Imunidades consulares	116
8.4 Imunidades parlamentares	117
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva	118
8.4.2 Características da imunidade substantiva	119
8.4.3 Características da imunidade processual	121
8.5 Outras imunidades e foros privilegiados	122
8.5.1 Deputados estaduais	122
8.5.2 Vereadores	122

8.5.3 Advogados	123
8.5.4 Prefeitos	124
9. Direito penal internacional e direito internacional penal	124
Síntese	125

Capítulo IX

EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1. Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional	127
2. Hipóteses para a homologação	127
2.1 Reparação civil do dano causado à vítima	127
2.2 Aplicação de medida de segurança	128
2.3 Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro	128
3. Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	128
Síntese	129

Capítulo X

CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1. Prazos penais e processuais penais	131
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo	131
3. Frações não computáveis da pena	132
Síntese	132

Capítulo XI

CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Conceito	135
2. Critério da sucessividade	136
3. Critério da especialidade	136
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva)	138
5. Critério da absorção (ou consunção)	138
6. Critério da alternatividade	139
Síntese	139

Capítulo XII

CRIME

1. Conceito de crime	145
1.1 Conceito material	145
1.2 Conceito formal	146
1.3 Conceito analítico	146
2. Diferença entre crime e contravenção penal	150
3. Sujeitos e objetos do crime	150
3.1 Sujeito ativo	150
• Questão para debate: pode a pessoa jurídica ser sujeito ativo do crime?	151
3.2 Sujeito passivo	153
3.3 Objeto do crime	154
4. Classificação dos crimes	154
4.1 Crimes comuns e próprios	154

4.2	Crimes instantâneos e permanentes	155
4.3	Crimes comissivos e omissivos	156
4.4	Crimes de atividade e de resultado	157
4.5	Crimes de dano e de perigo	157
4.6	Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	158
4.7	Crimes progressivos e crimes complexos	158
4.8	Progressão criminosa	159
4.9	Crime habitual	159
4.10	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	160
4.11	Crimes de forma livre e de forma vinculada	160
4.12	Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)	161
4.13	Crimes remetidos	161
4.14	Crimes condicionados	161
4.15	Crimes de atentado (ou de empreendimento)	161
Síntese		162

Capítulo XIII

TIPICIDADE

1.	Apresentação	165
2.	Conceito de tipo penal e sua estrutura	166
2.1	Elementos do tipo penal incriminador	167
2.2	Classificação do tipo	168
3.	Conceito de conduta penalmente relevante	172
•	Questão para debate: as ações em curto-circuito e os gestos habituais podem levar à falta de consciência e tornar a conduta penalmente irrelevante?	177
4.	Conceito de resultado	178
5.	Conceito de nexo causal	179
5.1	Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva)	179
5.2	Causas independentes e relativamente independentes	187
5.2.1	Concausas e seus efeitos	187
5.3	Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios ..	188
5.3.1	Natureza jurídica da omissão própria	189
5.3.2	Significado da expressão <i>penalmente relevante</i>	190
5.3.3	Dever de agir	190
5.3.3.1	Dever de agir imposto por lei	190
5.3.3.2	Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado	191
5.3.3.3	Dever de agir por ter gerado o risco	191
6.	Conceito de tipicidade e excludentes	191
6.1	Adequação social	192
6.2	Insignificância	193
Síntese		194

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME:
DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo	195
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico	195
3. Características do dolo	196
4. Conceito de dolo direto	196
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau	197
5. Conceito de dolo indireto ou eventual	197
* Questão para debate: há dolo eventual nos graves crimes de trânsito?	198
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual	199
7. Outras classificações do dolo	199
8. Conceito de culpa	201
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente	201
10. Elementos da culpa	201
11. Situações peculiares no campo da culpa	202
12. Espécies de culpa	203
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional	204
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	204
Síntese	205

Capítulo XV

CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito	207
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso	207
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador	208
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	209
Síntese	211

Capítulo XVI

ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade)	213
2. Excludentes de ilicitude	213
3. Classificação das excludentes de ilicitude	214
4. Elemento subjetivo nas excludentes	215
5. Conceito de estado de necessidade	216
5.1 Espécies de estado de necessidade	217
5.2 Requisitos do estado de necessidade	218
5.2.1 Existência de perigo atual	218
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo	219
* Questão para debate: como se deve fazer a valoração da vontade no contexto da produção do perigo?	219
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	220
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro	221
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	221
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo	221
5.3 Causa de diminuição de pena	221

6.	Conceito e fundamento da legítima defesa	222
6.1	Elementos da legítima defesa	222
6.1.1	Injustiça da agressão	223
6.1.2	Atualidade ou iminência da agressão	224
6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros	225
	Questão para debate: cabe legítima defesa da honra e, particularmente, no contexto do flagrante adultério?	226
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação	229
6.1.5	Moderação da reação	230
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa	231
6.1.6.1	Ofendículos	232
	Questão para debate: qual é a natureza jurídica dos ofendículos?	232
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa	234
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude	234
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica	235
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	235
6.2.4	Legítima defesa sucessiva	235
6.2.5	Legítima defesa contra multidão	236
6.2.6	Legítima defesa contra provocação	236
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares	236
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal	237
7.1	Situações de cumprimento de dever legal	237
8.	Conceito de exercício regular de direito	238
8.1	Situações de exercício regular de direito	239
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito	240
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido	240
8.2.2	O trote acadêmico ou militar	241
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores	241
8.2.4	As lesões praticadas no esporte	241
9.	Consentimento do ofendido	242
	Questão para debate: quando o consentimento do ofendido afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude?	244
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido	247
10.	Os excessos no contexto das excludentes	248
10.1	Modalidades de excessos	248
	Síntese	250

Capítulo XVII CULPABILIDADE

1.	Conceito de culpabilidade	251
1.1	Conceito de co-culpabilidade	252
2.	Excludentes de culpabilidade	253
2.1	Excludentes concernentes ao agente do fato	254
2.1.1	Imputabilidade penal	254
2.1.2	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	255

2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental	258
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício	258
2.1.4 Menoridade	258
• Questão para debate: em que momento se inicia a maioridade penal aos 18 anos?	260
2.2 Excludentes concernentes ao fato	261
2.2.1 Coação moral irresistível	261
• Questão para debate: é viável a coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas?	262
2.2.2 Obediência hierárquica	263
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	264
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa	264
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i>	265
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior	267
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita	267
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	268
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	268
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental	269
3. Emoção e paixão	269
3.1 Emoção	270
3.2 Paixão	271
Síntese	271

Capítulo XVIII

CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado	273
2. Tentativa	273
2.1 Conceito de crime tentado	273
2.2 Natureza jurídica da tentativa	274
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	275
2.4 Dolo e culpa na tentativa	276
2.5 Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	276
• Questão para debate: qual é o melhor critério para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime?	278
2.6 Tentativa e dolo eventual	280
2.7 Tentativa e crime de ímpeto	283
2.8 Crimes que não admitem a tentativa	284
2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa	287
2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	288
2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha	288
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	288
3.1 Conceito de desistência voluntária	288
3.1.1 Desistência momentânea	289
3.1.2 O problema da execução retomada	289
3.2 Conceito de arrependimento eficaz	290
3.3 Natureza jurídica	291
3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	292

3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	292
4. Arrependimento posterior	293
4.1 Conceito	293
4.2 Natureza jurídica	293
4.3 Requisitos para a aplicação	293
• Questão para debate: a reparação do dano moral estaria envolvida no contexto do arrependimento posterior?	295
4.4 Critérios para a diminuição da pena	297
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF	297
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas ..	298
5. Crime impossível	298
5.1 Conceito e natureza jurídica	298
5.2 Fundamento da não punição do crime impossível	299
5.3 Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo	299
5.4 Análise dos elementos do crime impossível	300
5.5 Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível	300
• Questão para debate: o furto sob vigilância caracteriza crime impossível ou tentativa punível?	301
Síntese	302

Capítulo XIX

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância	307
2. Conceito de erro de tipo	307
3. Possibilidade de punição por crime culposos	308
4. Erro escusável e erro inescusável	308
5. Erro essencial e erro acidental	308
6. Erro quanto à pessoa	308
7. Erro determinado por terceiro	309
8. Conceito de erro de proibição	309
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	309
10. Erro de proibição escusável e inescusável	310
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição	311
12. Conceito de discriminantes putativas	311
13. Divisão das discriminantes putativas	311
14. Natureza jurídica das discriminantes putativas	312
Síntese	313

Capítulo XX

CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas	319
2. Teorias do concurso de pessoas	319
3. Distinção entre co-autoria e participação	320
4. Critérios quanto à punição do partícipe	321
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	321
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	322
6.1 Punição do co-autor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	322

6.2 Participação de menor importância	323
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta)	323
7. Requisitos do concurso de agentes	324
8. Autoria mediata	325
9. Autoria colateral	325
• Questão para debate: cabe co-autoria e participação em crime culposos?	326
10. Participação por omissão e conivência	326
• Questão para debate: existe possibilidade de participação posterior à consumação do crime?	327
11. Participação e cumplicidade	328
12. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	329
• Questão para debate: comunicam-se aos co-autores e partícipes as circunstâncias e condições de caráter objetivo?	329
12.1 Exceção quanto à elementar do crime	330
13. Casos de impunibilidade	332
Síntese	333

Capítulo XXI

TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	335
2. Teorias extremadas da pena	336
3. Garantismo penal	338
• Questão para debate: é viável no Brasil a adoção do abolicionismo penal, do direito penal máximo ou do garantismo penal?	339
4. Cominação das penas	340
5. Princípios da pena	340
6. Espécies de penas	341
Síntese	341

Capítulo XXII

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples	343
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	344
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	350
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	350
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	350
6. Imprescindibilidade do regime fechado	351
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	352
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	352
9. Regime fechado	354
• Questão para debate: é possível a aplicação de regime fechado à pena de detenção? ...	354
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo	355
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	356
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	356
9.4 Trabalho externo do condenado	357

10. Regime semi-aberto	358
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo	358
11. Regime aberto	358
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	359
12. Direitos do preso	359
12.1 Direito à visita íntima	359
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio	359
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso	360
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena	360
13. Trabalho do preso	362
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	362
13.2 Trabalho do preso e remição	362
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave	363
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	363
• Questão para debate: tem o preso provisório direito à remição?	363
13.2.3 Remição pelo estudo	364
14. Superveniência de doença mental	364
15. Detração	365
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança	366
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração ..	366
15.3 Detração e pena de multa	366
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena	367
15.5 Detração e suspensão condicional da pena	367
Síntese	367

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos	369
2. Natureza jurídica	369
3. Espécies de penas restritivas de direitos	370
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	371
• Questão para debate: comportam a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos os delitos hediondos e equiparados?	372
5. Momentos para a conversão	374
6. Exigências para a conversão	375
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	376
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	378
8.1 Prestação pecuniária	378
8.2 Perda de bens ou valores	380
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	381
8.4 Interdição temporária de direitos	382
8.5 Limitação de fim de semana	383
Síntese	383

Capítulo XXIV
PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	385
2. Critérios para a fixação da pena de multa	386
3. O valor do dia-multa em salário mínimo	387
4. Atualização monetária da multa	387
5. Pagamento da multa	389
6. Multa como dívida de valor	389
• Questão para debate: qual juízo é o órgão competente para a sua execução?	389
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	390
Síntese	390

Capítulo XXV
APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito	391
• Questão para debate: o que leva o Judiciário a implementar a política da pena mínima?	391
2. Circunstâncias judiciais	392
3. Pena-base	392
4. Elementos do art. 59 do Código Penal	392
4.1 Culpabilidade	393
4.2 Antecedentes	394
• Questão para debate: o que se pode considerar como <i>maus antecedentes</i> ?	394
4.3 Conduta social	396
4.4 Personalidade	396
4.5 Motivos do crime	396
4.6 Circunstâncias do crime	397
4.7 Conseqüências do crime	397
4.8 Comportamento da vítima	397
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	398
6. Substituição da pena privativa de liberdade	398
7. Agravantes e atenuantes	399
7.1 Agravantes	399
7.1.1 Motivo fútil	399
7.1.2 Motivo torpe	401
7.1.3 Motivação torpe específica	401
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	402
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou que possa resultar perigo comum	402
7.1.6 Relações familiares	403
7.1.7 Abuso de autoridade e relações do lar	403
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever	404
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	404
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade	406
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública	406

7.1.12	Embriaguez preordenada	407
7.1.13	Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa	407
7.1.13.1	Mentor ou dirigente da atividade criminosa	407
7.1.13.2	Coação ou indução ao crime	407
7.1.13.3	Instigação ou determinação para o delito	408
7.1.13.4	Criminoso mercenário	408
7.1.14	Reincidência	408
7.1.14.1	Conceito	408
7.1.14.2	Espécies de reincidência	408
• Questão para debate:	a pena de multa é suficiente para gerar reincidência?	409
7.1.14.3	Efeitos da reincidência	409
7.1.14.4	Caducidade da condenação anterior	410
7.1.14.5	Crimes militares próprios e impróprios	411
7.1.14.6	Crime político	412
7.2	Atenuantes	412
7.2.1	Menoridade relativa	413
7.2.2	Senilidade	414
7.2.3	Desconhecimento da lei	415
7.2.4	Relevante valor social ou moral	415
7.2.5	Arrependimento	416
7.2.6	Coação resistível	416
7.2.7	Cumprimento de ordem superior	416
7.2.8	Violenta emoção	417
7.2.9	Confissão espontânea	417
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto	418
7.2.11	Atenuante inominada	419
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes	419
8.	Cálculo da pena	420
8.1	Sistemas para a fixação da pena	420
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras	422
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais	423
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição	423
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	423
Síntese	424

Capítulo XXVI

CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise	427
2.	Sistemas do concurso de crimes	427
2.1	Sistema da acumulação material	427
2.2	Sistema da exasperação da pena	428
2.3	Sistema da absorção	428
2.4	Sistema da acumulação jurídica	428
3.	Concurso material	429
3.1	Conceito	429
3.2	Critérios para a aplicação da pena	429

3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	429
4.	Concurso formal	430
4.1	Conceito	430
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito	430
•	Questão para debate: o que devemos considerar como <i>desígnios autônomos</i> ?	431
4.3	Concurso material favorável ou benéfico	432
4.4	Concorrência de concursos	432
5.	Crime continuado	433
5.1	Conceito	433
5.2	Natureza jurídica	434
5.3	Teorias do crime continuado	434
5.4	Crimes da mesma espécie	436
5.5	Condições de tempo	437
5.6	Condições de espaço	437
5.7	Formas de execução	437
5.8	Outras circunstâncias semelhantes	438
•	Questão para debate: a delinquência habitual ou profissional merece o benefício do crime continuado?	438
5.9	Crítério de dosagem do aumento	439
5.10	Crime continuado e inimizabilidade	439
5.11	Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos	440
5.12	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	440
5.13	Espécies de crime continuado	440
5.14	Diferença entre crime continuado e delito habitual	441
•	Questão para debate: as multas aplicáveis no concurso de crimes são sempre somadas?	441
6.	Concurso de infrações e execução da pena	442
	Síntese	442

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1.	Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	449
2.	Modalidades de erro na execução	449
3.	Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	451
4.	Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	451
	Síntese	452

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1.	Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento	453
2.	Unificação das penas em 30 anos	457
3.	Modo de unificação	458
	Síntese	459

Capítulo XXIX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos	461
2. Natureza jurídica	461
3. Requisitos para a sua concessão	462
4. Espécies de <i>sursis</i>	462
Questão para debate: a concessão do <i>sursis</i> é faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu?	463
5. Pontos controversos	464
5.1 <i>Sursis</i> e indulto	464
5.2 Existência de processos em andamento	464
5.3 Réu ausente	464
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil	465
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário	466
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	467
Questão para debate: é cabível a concessão de <i>sursis</i> para crime hediondo?	467
6. Período de prova e escolha das condições	468
7. Causas de revogação	470
7.1 Revogação obrigatória	470
7.2 Revogação facultativa	470
8. Prorrogação do período de prova	471
9. Finalização do <i>sursis</i>	472
Síntese	473

Capítulo XXX

LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos	475
2. Natureza jurídica	476
3. Requisitos para a sua concessão	476
3.1 Objetivos	476
3.2 Subjetivos	477
• Questão para debate: após o advento da Lei 10.792/03, pode-se continuar exigindo exame criminológico e os pareceres da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário, para conceder o livramento condicional, ou basta o atestado de boa conduta carcerária?	479
4. Duração do livramento	480
5. Pontos polêmicos	480
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	480
5.2 Livramento condicional cautelar	480
5.3 Livramento condicional para estrangeiro	480
6. Parecer do Conselho Penitenciário	481
7. Soma das penas para efeito de livramento	481
8. Condições do livramento condicional	482
8.1 Obrigatórias	482
8.2 Facultativas	482
9. Revogação do livramento	482

9.1 Causas obrigatórias	482
9.2 Causas facultativas	483
9.3 Prévia oportunidade de defesa	483
9.4 Livramento insubsistente	483
10. Efeitos da revogação	483
11. Extinção da pena e prorrogação automática	484
Síntese	484

Capítulo XXXI

EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação	485
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória	486
3. Efeitos genéricos	487
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano	487
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita	487
4. Efeitos específicos	489
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	489
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela	490
4.3 Inabilitação para dirigir veículo	491
Síntese	492

Capítulo XXXII

REABILITAÇÃO

1. Conceito	493
2. Competência para a concessão de reabilitação	495
3. Prazo e procedimento	495
4. Indeferimento da reabilitação e recursos	496
5. Reabilitação e reincidência	496
6. Reabilitação <i>em porções</i>	496
Síntese	497

Capítulo XXXIII

MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito	499
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança	499
3. Espécies de medidas de segurança	500
4. Extinção de punibilidade	500
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança	501
6. Sentença de absolvição imprópria	502
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial	502
8. Duração da medida de segurança	502
9. Culpabilidade e periculosidade	503
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	504
• Questão para debate: convertida a pena em medida de segurança, há limite para o seu cumprimento?	504
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena	505
12. Detração e medida de segurança	506

13. Exame de cessação da periculosidade	506
14. Condições para a desinternação ou liberação	507
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável	508
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídium comum	509
Síntese	509

Capítulo XXXIV

AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	511
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	512
3. Critério de iniciativa da ação penal	512
4. Espécies de ação penal, quanto ao pólo ativo	513
5. Ação penal no crime complexo	514
Síntese	516

Capítulo XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade	517
2. Causas gerais e específicas	518
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	519
4. Momentos de ocorrência	519
5. Morte do agente	519
• Questão para debate: o que fazer se, considerada extinta a punibilidade, constata-se a falsidade da certidão de óbito apresentada?	521
6. Anistia	521
7. Graça ou indulto individual	522
8. Indulto coletivo	523
9. <i>Abolitio criminis</i>	524
10. Decadência	525
11. Perempção	526
12. Renúncia e perdão	527
13. Retratação	528
14. Perdão judicial	529
• Questão para debate: qual a natureza jurídica da sentença concessiva do perdão?	529
15. Prescrição	530
15.1 Conceito e teorias justificadoras	530
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	531
• Questão para debate: a medida de segurança prescreve?	532
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	533
• Questão para debate: há alguma influência da detração no cálculo da prescrição?	534
15.4 Modalidades de prescrição	535
• Questão para debate: a prescrição antecipada ou virtual produz alguma interferência no direito de punir do Estado?	536
15.5 Termos iniciais da prescrição	539
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição	541
• Questão para debate: suspenso o processo, em razão da citação ficta, deve haver a suspensão indefinida da prescrição?	543

15.7 Causas interruptivas da prescrição	543
• Questão para debate: a interrupção da prescrição ocorre no dia em que o agente comete novo crime ou somente quando é condenado, com trânsito em julgado, pelo novo delito?	546
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	546
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes	547
17. Prescrição em leis especiais	549
18. Prescrição e perdão judicial	549
Síntese	549

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – <i>art. 121</i>	561
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – <i>art. 122</i>	567
Infanticídio – <i>art. 123</i>	570
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – <i>art. 124</i>	572
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – <i>art. 125</i>	574
Aborto provocado por terceiro com consentimento – <i>art. 126</i>	575
Formas qualificadas de aborto – <i>art. 127</i>	577
Excludentes de ilicitude – <i>art. 128</i>	578

Capítulo II

DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – <i>art. 129</i>	583
--	-----

Capítulo III

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – <i>art. 130</i>	597
Perigo de contágio de moléstia grave – <i>art. 131</i>	599
Perigo para a vida ou saúde de outrem – <i>art. 132</i>	600
Abandono de incapaz – <i>art. 133</i>	602
Exposição ou abandono de recém-nascido – <i>art. 134</i>	603
Omissão de socorro – <i>art. 135</i>	605
Maus-tratos – <i>art. 136</i>	608

Capítulo IV

DA RIXA

Rixa – <i>art. 137</i>	611
------------------------------	-----

Capítulo V

DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – <i>art. 138</i>	613
Difamação – <i>art. 139</i>	615
Injúria – <i>art. 140</i>	617
Disposições gerais – <i>arts. 141 a 145</i>	620

Capítulo VI

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

SEÇÃO I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Constrangimento ilegal – <i>art. 146</i>	627
Ameaça – <i>art. 147</i>	630
Seqüestro e cárcere privado – <i>art. 148</i>	631
Redução a condição análoga à de escravo – <i>art. 149</i>	633

SEÇÃO II

DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO

Violação de domicílio – <i>art. 150</i>	635
---	-----

SEÇÃO III

DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA

Violação de correspondência – <i>art. 151</i>	639
Violação de correspondência comercial – <i>art. 152</i>	642
Divulgação de segredo – <i>art. 153</i>	644

SEÇÃO IV

DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DOS SECREDOS

Violação do segredo profissional – <i>art. 154</i>	645
--	-----

TÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I

DO FURTO

Furto – <i>art. 155</i>	649
Furto de coisa comum – <i>art. 156</i>	661

Capítulo II

DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – <i>art. 157</i>	663
Extorsão – <i>art. 158</i>	672
Extorsão mediante seqüestro – <i>art. 159</i>	676
Extorsão indireta – <i>art. 160</i>	680

Capítulo III
DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – <i>art. 161, caput</i>	683
Usurpação de águas – <i>art. 161, § 1.º, I</i>	684
Esbulho possessório – <i>art. 161, § 1.º, II</i>	686
Supressão ou alteração de marca em animais – <i>art. 162</i>	687

Capítulo IV
DO DANO

Dano – <i>art. 163</i>	689
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – <i>art. 164</i>	691
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – <i>art. 165</i>	692
Alteração de local especialmente protegido – <i>art. 166</i>	693

Capítulo V
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – <i>art. 168</i>	695
Apropriação indébita previdenciária – <i>art. 168-A</i>	697
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – <i>art. 169</i>	699

Capítulo VI
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – <i>art. 171</i>	701
Duplicata simulada – <i>art. 172</i>	705
Abuso de incapazes – <i>art. 173</i>	707
Induzimento à especulação – <i>art. 174</i>	708
Fraude no comércio – <i>art. 175</i>	709
Outras fraudes – <i>art. 176</i>	711
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – <i>art. 177</i>	714
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – <i>art. 178</i>	716
Fraude à execução – <i>art. 179</i>	718

Capítulo VII
DA RECEPÇÃO

Recepção – <i>art. 180</i>	721
----------------------------------	-----

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 181 a 183</i>	725
---	-----

TÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – <i>art. 184</i>	729
---	-----

TÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – <i>art. 197</i>	733
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – <i>art. 198</i>	735
Atentado contra a liberdade de associação – <i>art. 199</i>	736
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – <i>art. 200</i>	737
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – <i>art. 201</i>	739
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – <i>art. 202</i>	740
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – <i>art. 203</i>	741
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – <i>art. 204</i>	743
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – <i>art. 205</i>	744
Aliciamento para o fim de emigração – <i>art. 206</i>	745
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – <i>art. 207</i> ..	746

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO
RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – <i>art. 208</i>	749
--	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – <i>art. 209</i>	751
Violação de sepultura – <i>art. 210</i>	752
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – <i>art. 211</i>	753
Vilipêndio a cadáver – <i>art. 212</i>	755

TÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – <i>art. 213</i>	757
Atentado violento ao pudor – <i>art. 214</i>	760
Posse sexual mediante fraude – <i>art. 215</i>	761
Atentado ao pudor mediante fraude – <i>art. 216</i>	762
Assédio sexual – <i>art. 216-A</i>	764

Capítulo II

DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES

Corrupção de menores – <i>art. 218</i>	769
--	-----

Capítulo IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – arts. 223 a 226	771
--	-----

Capítulo V
DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS

Mediação para servir a lascívia de outrem – art. 227	777
Favorecimento da prostituição – art. 228	779
Casa de prostituição – art. 229	781
Rufianismo – art. 230	783
Tráfico internacional de pessoas – art. 231	785
Tráfico interno de pessoas – art. 231-A	786

Capítulo VI
DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – art. 233	789
Escrito ou objeto obsceno – art. 234	791

TÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – art. 235	793
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – art. 236	795
Conhecimento prévio de impedimento – art. 237	796
Simulação de autoridade para celebração de casamento – art. 238	798
Simulação de casamento – art. 239	799

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – art. 241	801
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – art. 242	802
Sonegação de estado de filiação – art. 243	804

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – art. 244	807
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – art. 245	809
Abandono intelectual – art. 246	810
Abandono moral – art. 247	811

Capítulo IV
DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER,
TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – art. 248	813
Subtração de incapazes – art. 249	815

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – <i>art. 250</i>	817
Explosão – <i>art. 251</i>	820
Uso de gás tóxico ou asfixiante – <i>art. 252</i>	822
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico ou asfixiante – <i>art. 253</i>	823
Inundação – <i>art. 254</i>	825
Perigo de inundação – <i>art. 255</i>	826
Desabamento ou desmoronamento – <i>art. 256</i>	827
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – <i>art. 257</i>	829
Formas qualificadas de crime de perigo comum – <i>art. 258</i>	830
Difusão de doença ou praga – <i>art. 259</i>	831

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – <i>art. 260</i>	833
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – <i>art. 261</i>	835
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – <i>art. 262</i>	837
Forma qualificada – <i>art. 263</i>	838
Arremesso de projétil – <i>art. 264</i>	839
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – <i>art. 265</i>	840
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico – <i>art. 266</i>	842

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – <i>art. 267</i>	845
Infração de medida sanitária preventiva – <i>art. 268</i>	846
Omissão de notificação de doença – <i>art. 269</i>	847
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – <i>art. 270</i>	848
Corrupção ou poluição de água potável – <i>art. 271</i>	850
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – <i>art. 272</i>	851
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – <i>art. 273</i>	852
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – <i>art. 274</i>	855
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – <i>art. 275</i>	857
Produto ou substância nas condições dos dois artigos antecedentes – <i>art. 276</i>	858
Substância destinada à falsificação – <i>art. 277</i>	859
Outras substâncias nocivas à saúde pública – <i>art. 278</i>	860
Medicamento em desacordo com receita médica – <i>art. 280</i>	861
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – <i>art. 282</i>	862
Charlatanismo – <i>art. 283</i>	864

Curandeirismo – <i>art. 284</i>	865
Forma qualificada – <i>art. 285</i>	866

Título IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – <i>art. 286</i>	867
Apologia de crime ou criminoso – <i>art. 287</i>	868
Quadrilha ou bando – <i>art. 288</i>	869

Título X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I

DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – <i>art. 289</i>	873
Crimes assimilados ao de moeda falsa – <i>art. 290</i>	875
Petrechos para falsificação de moeda – <i>art. 291</i>	877
Emissão de título ao portador sem permissão legal – <i>art. 292</i>	879

Capítulo II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – <i>art. 293</i>	881
Petrechos de falsificação – <i>art. 294</i>	884

Capítulo III

DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – <i>art. 296</i>	887
Falsificação de documento público – <i>art. 297</i>	889
Falsificação de documento particular – <i>art. 298</i>	892
Falsidade ideológica – <i>art. 299</i>	894
Falso reconhecimento de firma ou letra – <i>art. 300</i>	897
Certidão ou atestado ideologicamente falso – <i>art. 301</i>	899
Falsidade do atestado médico – <i>art. 302</i>	902
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – <i>art. 303</i>	903
Uso de documento falso – <i>art. 304</i>	905
Supressão de documento – <i>art. 305</i>	907

Capítulo IV

DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação de sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – <i>art. 306</i>	911
Falsa identidade – <i>art. 307</i>	913
Falsa identidade – <i>art. 308</i>	915
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 309</i>	917
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 310</i>	918
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – <i>art. 311</i>	920

TÍTULO XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO
PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – <i>art. 312</i>	923
Peculato mediante erro de outrem – <i>art. 313</i>	927
Inserção de dados falsos em sistema de informações – <i>art. 313-A</i>	929
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – <i>art. 313-B</i>	931
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 314</i>	933
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – <i>art. 315</i>	934
Concussão – <i>art. 316</i>	936
Corrupção passiva – <i>art. 317</i>	938
Facilitação de contrabando ou descaminho – <i>art. 318</i>	941
Prevaricação – <i>art. 319</i>	942
Condescendência criminosa – <i>art. 320</i>	944
Advocacia administrativa – <i>art. 321</i>	945
Violência arbitrária – <i>art. 322</i>	947
Abandono de função – <i>art. 323</i>	948
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – <i>art. 324</i>	950
Violação de sigilo funcional – <i>art. 325</i>	952
Funcionário público – <i>art. 327</i>	954

Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS
POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – <i>art. 328</i>	957
Resistência – <i>art. 329</i>	958
Desobediência – <i>art. 330</i>	961
Desacato – <i>art. 331</i>	966
Tráfico de influência – <i>art. 332</i>	968
Corrupção ativa – <i>art. 333</i>	970
Contrabando ou descaminho – <i>art. 334</i>	971
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – <i>art. 335</i>	974
Inutilização de edital ou de sinal – <i>art. 336</i>	975
Subtração ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 337</i>	976
Sonegação de contribuição previdenciária – <i>art. 337-A</i>	978

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – <i>art. 337-B</i>	981
Tráfico de influência em transação comercial internacional – <i>art. 337-C</i>	983
Funcionário público estrangeiro – <i>art. 337-D</i>	985

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – <i>art. 338</i>	987
Denúncia caluniosa – <i>art. 339</i>	988
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – <i>art. 340</i>	992
Auto-acusação falsa – <i>art. 341</i>	994
Falso testemunho ou falsa perícia – <i>art. 342</i>	995
Suborno – <i>art. 343</i>	1001
Coação no curso do processo – <i>art. 344</i>	1003
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 345</i>	1005
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 346</i>	1006
Fraude processual – <i>art. 347</i>	1008
Favorecimento pessoal – <i>art. 348</i>	1009
Favorecimento real – <i>art. 349</i>	1012
Exercício arbitrário ou abuso de poder – <i>art. 350</i>	1013
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – <i>art. 351</i>	1014
Evasão mediante violência contra pessoa – <i>art. 352</i>	1015
Arrebatamento de preso – <i>art. 353</i>	1017
Motim de presos – <i>art. 354</i>	1018
Patrocínio infiel – Patrocínio simultâneo ou tergiversação – <i>art. 355</i>	1019
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – <i>art. 356</i>	1021
Exploração de prestígio – <i>art. 357</i>	1022
Violência ou fraude em arrematação judicial – <i>art. 358</i>	1024
Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – <i>art. 359</i>	1025

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – <i>art. 359-A</i>	1027
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – <i>art. 359-B</i>	1029
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-C</i>	1031
Ordenação de despesa não autorizada – <i>art. 359-D</i>	1033
Prestação de garantia graciosa – <i>art. 359-E</i>	1035
Não cancelamento de restos a pagar – <i>art. 359-F</i>	1036
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-G</i>	1038
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – <i>art. 359-H</i>	1040
Bibliografia	1043